

Por que tanto cuidado ao falar do interesse do País?

12 OUT 1987 *Edição Extra*

Em entrevistas simultâneas, o ministro Bresser Pereira e o presidente do Banco Central, Fernando Milliet de Oliveira, referiram-se cautelosamente às óbvias vantagens que o País teria de imediato se fizesse um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Adotando um estilo muito parecido com o do presidente Sarney, que na última quarta-feira pediu humildemente licença aos políticos para governar, comprometendo a própria autoridade do cargo, o presidente do Banco Central quase se desculpou por afirmar que o acordo com o FMI é interessante para o Brasil neste momento de escassez de recursos externos, pois esse organismo internacional poderia emprestar-nos ainda este ano US\$ 2 bilhões e abrir caminho para mais US\$ 1 bilhão do governo japonês.

Milliet não chegou a dizer que a reaproximação com o FMI é a maneira mais eficiente e racional de equacionar o problema criado pela suspensão do pagamento dos juros aos bancos privados, preferindo opinar que a formalização de um acordo com o Fundo é essencialmente política e que antes de tomá-la o presidente Sarney precisará consultar suas bases políticas e o Congresso Nacional. Ao assumir essa posição, o sr. Fernando Milliet abdicou da condição de técnico e das elevadas responsabilidades de suas funções, pois, apesar de saber muito bem que a ida ao FMI é uma medida da maior conveniência nas atuais circunstâncias, achou melhor não defender claramente essa decisão. E fez isso, temos certeza, por temer o patrulhamento ideológico da minoria radical do PMDB, que sempre pintou o Fundo como bicho-papão e agora, apenas para salvar a face, não quer admitir as profundas alterações ocorridas na linha de atuação desse organismo internacional, que vêm acontecendo desde a gestão do sr. Jacques de Larosière e atualmente estão sendo consolidadas pelo atual diretor-gerente, Michel Camdessus.

O FMI não precisou ouvir os radicais do PMDB para adotar programas de ajustamento econômico que enfatizam o crescimento, ao contrário da receita tradicional, que utiliza a recessão como instrumento de ajuste, mas o presidente do Banco Central e até certo ponto o ministro Bresser Pereira parecem estar tendo dificuldades para convencer esse punhado de políticos obtusos a voltarem ao mundo real, isto é, a perceberem que um acordo com o FMI não significa nenhuma forma de restrição à nossa soberania, já que o Brasil participa desse organismo voluntariamente e só nessa condição deve aceitar obrigações e reivindicar direitos.

É por isso que o sr. Bresser Pereira já disse mais de cem vezes que só fará o acordo com o FMI se forem mantidas as metas de crescimento estabelecidas no Plano de Controle Macroeconômico, pois não quer abrir uma brecha para o ataque da minoria radical peemedebista, que ainda cultiva uma xenofobia típica dos velhos nacionalistas dos anos 50, cujas teses sobre a "exploração imperialista" foram desmentidas pelo espetacular progresso do País nas quatro últimas décadas.

Ora, se o FMI quer crescimento econômico, se o ministro Bresser Pereira não abre mão das metas de crescimento de seu Plano Macroeconômico, por que não é possível fazer um acordo o mais depressa possível e afastar de uma vez por todas as incertezas criadas pela irresponsável moratória de 20 de fevereiro? Está amplamente provado que a normalização do nosso relacionamento com a comunidade financeira internacional passa necessariamente por um acordo formal com o FMI. Não há como fugir disso, conforme o ministro da Fazenda e os negociadores da dívida brasileira estão fartos de saber por tudo o que ouviram na recente reunião do FMI e nos contatos privados com autoridades dos Estados Unidos, da Alemanha Ocidental, do Japão, da França e do Reino Unido.

Sem a reaproximação com o FMI não haverá acordo com os países do Clube de Paris, assim como não será possível recuperar a confiança dos bancos e dos investidores privados. Em janeiro deste ano, graças à intervenção pessoal do secretário do Tesouro dos EUA, James Baker III, o Clube de Paris "engoliu" uma renegociação proposta pelo ex-ministro Dilson Funaro, que no mês seguinte "agradeceu" o gesto dos países industrializados com a suspensão do pagamento de juros a seus bancos, o que fez com que os ministros das Finanças dos sete países mais industrializados se sentissem traídos, como disse o ministro Bresser Pereira em entrevista ao jornal O Globo. Hoje, depois desse fiasco brasileiro, o Clube de Paris só aceita negociar se o Brasil fizer um acordo com o FMI.

Esse é um dos motivos, segundo Bresser Pereira, pelos quais o Brasil fará um acordo com o Fundo depois do acordo com os bancos ou "até simultaneamente, mas de forma desvinculada", como ele declarou na aludida entrevista.

O que se vê claramente é o cuidado do ministro e do presidente do Banco Central, para não provocar a minoria de radicais abrigada na Fundação Pedrosa Horta, que, como já dissemos, se recusa a abandonar seus dogmas ultrapassados e ainda funciona como polícia ideológica, na tentativa de impedir a normalização do relacionamento do País com a comunidade internacional.

Sabemos que o momento político é dos mais conturbados, porém, justamente por esse motivo, os homens que estão no governo não podem ter medo de defender idéias e decisões que consideram racionais, tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista político. Assim, o ministro Bresser Pereira e o presidente do BC, Fernando Milliet, lucrariam muito mais se dissessem francamente a verdade, dando até nome aos bois, para que a sociedade brasileira soubesse quem são os políticos responsáveis pelo atual impasse na questão do FMI. Se fizerem isso, verão que a imensa maioria do País não lhes negará apoio nesta hora difícil em que os radicais, ao perceberem o desastre econômico gerado por seu comportamento demagógico, estão em silêncio, embora ainda consigam exercer a sua deletéria influência nos conchavos das longas madrugadas de Brasília.